

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis do conglomerado
prudencial

Em 30 de junho de 2015

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Demonstrações contábeis do conglomerado prudencial
Em 30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balancos patrimoniais - conglomerado prudencial

Demonstrações do resultado - conglomerado prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - conglomerado prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa - conglomerado prudencial

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - conglomerado prudencial

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos
Acionistas e Administradores da
Planner Corretora de Valores S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Planner Corretora de Valores S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota Explicativa nº 2 "Base de preparação e apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas".

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Planner Corretora de Valores S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Corretora e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, onde consta que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Corretora para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1, onde indica que tendo em vista a apresentação de prejuízos operacionais recorrentes, a Administração da Planner Corretora de Valores S.A., em conjunto com seus acionistas, está em busca de adequar sua estrutura operacional e financeira dentro do seu atual volume de negócios, manutenção dos índices de Basiléia em patamares superiores aos requeridos pelo Banco Central do Brasil, e desenvolvimento de um planejamento estratégico que reverta a situação financeira atual. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 8, onde consta que a Corretora e a Distribuidora no primeiro semestre de 2011 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei nº 11.941/09, cujo processo de adesão a este REFIS requer o cumprimento de diversas etapas, entre as quais o pedido de extinção dos processos e a homologação da referida inscrição nesse programa. Em 30 de junho de 2015, a homologação e consolidação dos débitos tributários incluídos neste REFIS encontram-se pendentes por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Outros assuntos

A Planner Corretora de Valores S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 27 de agosto de 2015, com parágrafo de ênfase descrito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujo principais critérios e práticas contábeis estão descritos no Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração da Corretora incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Conglomerado Prudencial para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de abril de 2021.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM:

Valores em R\$ 1.000

A T I V O	NE	Conglomerado	
		30/06/2015	30/06/2014
CIRCULANTE		41.024	76.287
DISPONIBILIDADES	4.	125	242
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ	4 e 5	10.029	12.949
Aplicações no mercado aberto		10.029	12.949
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (acima)		8.545	33.668
Carteira própria	6.	4.540	16.555
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	740	94
Vinculados a prestação de garantia	6.	3.265	17.019
OUTROS CRÉDITOS		22.153	29.346
Rendas a receber		5.007	4.830
Negociação e intermediação de valores	8.	15.319	20.804
Diversos	8.	2.739	4.608
(Provisão para outros créditos liq. duvidosa)		(912)	(896)
OUTROS VALORES E BENS		172	82
Despesas antecipadas		172	82
NÃO CIRCULANTE		45.218	28.687
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		44.099	26.987
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	6.	38.143	21.949
Carteira própria		23.775	13.730
Vinculados a prestação de garantia		14.368	8.219
OUTROS CRÉDITOS	8.	5.956	5.038
Diversos		5.956	5.038
INVESTIMENTOS		175	274
Particip.coligadas/controladas: no país		130	229
Outros investimentos		45	45
IMOBILIZADO DE USO	7.	939	1.406
Outras imobilizações de uso		4.310	4.438
(Depreciações acumuladas)		(3.371)	(3.032)
INTANGÍVEL/DIFERIDO	7.	5	20
Ativos Intangíveis/Diferidos		100	100
(Amortização acumulada)		(95)	(80)
TOTAL DO ATIVO		86.242	104.974

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A
CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM:

Valores em R\$ 1.000

P A S S I V O	NE	Conglomerado	
		30/06/2015	30/06/2014
CIRCULANTE		61.081	73.543
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	6.	2	33
Instrumentos financeiros derivativos (acima)		2	33
OUTRAS OBRIGAÇÕES		61.079	73.510
Sociais e estatutárias		149	-
Impostos e contribuições sobre lucros		101	657
Fiscais e previdenciárias	8.	2.546	3.849
Negociação e intermediação de valores	8.	53.775	65.578
Diversas	8.	4.508	3.426
NÃO CIRCULANTE		3.084	2.255
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.084	2.255
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.	3.084	2.255
Diversas		3.084	2.255
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.077	29.176
Capital:	9.	32.954	32.954
De Domiciliados no país		33.454	33.454
Capital a realizar		(500)	(500)
Reservas de lucros		901	127
Ajustes de avaliação patrimonial		8	13
Lucros (Prejuízos) Acumulados		(12.317)	(3.957)
Participações de terceiros não controladores		531	39
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		86.242	104.974

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

		Conglomerado	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NE	30/06/15	30/06/14
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.753	4.095
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.847	4.068
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(94)	27
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(206)	(280)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(206)	(280)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.547	3.815
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(19.509)	(897)
Receitas de prestação de serviços	10.a	19.360	30.434
Despesas de pessoal		(6.984)	(6.429)
Outras despesas administrativas	10.b	(16.701)	(22.074)
Despesas tributárias	10.c	(14.523)	(3.328)
Resultado de participação em coligadas e controladas		45	155
Outras receitas operacionais	10.d	529	815
Outras despesas operacionais	10.e	(1.235)	(470)
RESULTADO OPERACIONAL		(14.962)	2.918
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(14.962)	2.918
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11	7.205	(720)
Imposto de renda - Corrente		(65)	(438)
Imposto de renda - Diferido		4.461	
Contribuição social - Corrente		(48)	(282)
Contribuição social - Diferida		2.857	
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(383)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(8.140)	2.198
Despesas de Juros sobre Capital	9.c	-	(620)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R\$ 1.000

E V E N T O S	Período de 01/01/14 a 30/06/14						Conglomerado		T O T A L
	CAPITAL SOCIAL	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES		
	SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/2014	33.454	(500)	127	15	(4.835)	28.261	39	
Distribuição de Lucros					(700)	(700)		(700)	
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				(2)		(2)		(2)	
Lucro líquido (prejuízo) do período					2.198	2.198		2.198	
Destinações:					(620)	(620)		(620)	
Juros capital próprio					(620)	(620)		(620)	
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 30/06/2014	33.454	(500)	127	13	(3.957)	29.137	39	29.176	
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	-	(2)	878	876	-	876	

E V E N T O S	Período de 01/01/15 a 30/06/15						Conglomerado		T O T A L
	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES		
	SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/2015	33.454	(500)	901	14	(4.187)	29.682	40	
Participação de não controladores						-	501	501	
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				(6)		(6)		(6)	
Lucro líquido (prejuízo) do período					(8.130)	(8.130)	(10)	(8.140)	
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 30/06/2015	33.454	(500)	901	8	(12.317)	21.546	531	22.077	
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	-	(6)	(8.130)	(8.136)	491	(7.645)	

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

Valores em R\$ 1.000

Conglomerado**Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto****30/06/2015** **30/06/2014****Fluxos de caixa das atividades operacionais**

Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	(8.140)	2.198
Depreciações e amortizações	229	265
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	206	280
Resultado de participações em coligadas/controladas	(45)	(156)
Ajustes de avaliação patrimonial	(6)	(2)
Provisão de impostos no resultado	113	720
Impostos diferidos no resultado	(7.318)	-
	(14.961)	3.305

Varição de Ativos e Obrigações

	13.151	(2.885)
(Aumento) redução em TVM instrumentos derivativos (acima)	8.005	4.323
(Aumento) redução de outros créditos	(9.938)	13.982
(Aumento) redução de outros valores e bens	(35)	60
Aumento (redução) em TVM instr. financeiros (passivo acima)	2	(62)
Aumento (redução) em outras obrigações	15.117	(21.188)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais**(1.810)** **420****Fluxos de caixa das atividades de investimento**

Inversões em:

Imobilizado de uso	(2)	-
--------------------	-----	---

Caixa líquido usado nas atividades de investimento**(2)** **-****Fluxos de caixa das atividades de financiamento**

Pagamento de juros de capital próprio	-	(620)
Distribuição de lucros	-	(700)
Participação de terceiros não controladores	501	

Caixa líquido usado nas atividades de financiamento**501** **(1.320)****Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa****(1.311)** **(900)**

Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.465	14.091
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	10.154	13.191

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Planner Corretora de Valores S.A. (“Corretora”) tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou por conta de terceiros.

A Corretora continua seguindo os objetivos estratégicos de negócios, com o intuito de voltar a obter lucratividade e consequente equalização de seus resultados por meio das seguintes principais ações: (a) avaliação da viabilidade econômica dos escritórios que representam a Corretora em diferentes cidades e regiões, com o intuito de reduzir custos ou até mesmo encerrar as atividades daqueles menos lucrativos; e (b) busca de novas receitas nos segmentos de administração, gestão e custódia de fundos de investimento, além de assessoria em operações estruturadas com ativos financeiros. Além disso, seus acionistas vêm efetuando, na medida da necessidade, aportes de recursos para manutenção dos índices de Basileia em patamares superiores aos exigidos pelo Banco Central do Brasil e desenvolvimento, pela Administração, de um planejamento estratégico visando à reversão da situação financeira atual.

Com essas ações, a Administração espera reverter o quadro de prejuízo operacional apresentado nos últimos períodos e retornar ao patamar de geração de resultados positivos experimentado em anos anteriores.

Em 26 de junho de 2012, os sócios da Planner Corretora firmaram Acordo de Associação com os Controladores da Prosper S.A. Corretora de Valores e Câmbio (Prosper), instrumento esse que formalizou a estratégia de desempenho em conjunto das atividades relacionadas à corretagem, intermediação e distribuição de valores na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, câmbio, custódia, administração de carteiras e clubes de investimento, a partir da referida data. Em termos operacionais, a totalidade dos clientes de ambas as instituições passaram a ter suas operações intermediadas no âmbito da plataforma da Corretora, portanto, a carteira de clientes da Prosper, incluindo respectivas posições em custódia e saldo em conta corrente na data de 26 de junho de 2012, foram transferidas à Corretora.

Em 27 de agosto de 2013 foi firmado Termo de Acordo (“Termo”) da Corretora com a Prosper, por meio do qual foi declarado que as condições previstas no Acordo de Associação celebrado em 26 de junho de 2012 não se implementaram e, portanto, a associação entre as partes não se efetivou. Adicionalmente, a Prosper reconheceu neste Acordo que possui saldos a pagar para a Corretora, derivados principalmente de contingências trabalhistas de ex-funcionários da Prosper e que tais saldos seriam reembolsados à Corretora no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da assinatura do Termo. Desta forma, a Corretora dará seguimento normal às suas atividades, de forma isolada, sem qualquer ligação com a Prosper.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Conglomerado Prudencial
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estão consolidadas nas demonstrações do Conglomerado Prudencial as empresas:

- 1) Planner Corretora de Valores S.A.
- 2) Planner Trustee D.T.V.M. Ltda
- 3) Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.
- 4) Brazilian Royalties Cia Securitizadora de Creditos Financeiros
- 5) Planner Ações Institucional RPPS Fundo de Investimento em Ações
- 6) 49Booster Venture Builder FIP

A Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Distribuidora) tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou em nome de terceiros.

A Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A. foi constituída em 31 de outubro de 2002, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 21 de março de 2003, e tem como objetivo conceder financiamentos e prestar garantias a pessoas físicas, a fim de viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e industrial, de pequeno porte, e a pessoas jurídicas classificadas como microempresas na forma da legislação e regulamentação em vigor.

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução nº 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem elaborar e apresentar demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Conglomerado Prudencial
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Instituições financeiras;
- b) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- c) Administradoras de consórcio;
- d) Instituições de pagamento;
- e) Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- f) Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos incisos de a) a e).

Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios também devem integrar as demonstrações contábeis consolidadas.

Em 13 de março de 2014, o Banco Central do Brasil emitiu a Circular nº 3.701, que determinou os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial a serem emitidas com o propósito específico de atender a Resolução CMN nº 4.280/13. Essas novas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN.

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Corretora em 07 de abril de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados nas categorias de acordo com a intenção da Administração: em negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados na categoria "Para negociação" são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado, os classificados na categoria "Disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratados.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "Para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários, e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período.

De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

e) Negociação e intermediação de valores

Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

f) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear considerando as seguintes taxas de depreciação anuais: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens de uso.

h) Intangível

São representados principalmente por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, considerando a taxa anual de 20% a.a.

i) Valor de recuperação dos ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade das entidades de efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações contábeis.

j) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes: são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota;
- Provisões: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

k) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Conglomerado Prudencial
 Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A MP ainda não foi convertida em Lei, estando pendente de apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional. Considerando ainda a existência de várias emendas complementares ao projeto de conversão em Lei reduzindo ou elevando a alíquota a patamares diferentes do proposto pelo Executivo, não foi reconhecido qualquer efeito pela referida elevação da alíquota sobre créditos tributários em 30 de junho de 2015.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2015	2014
Disponibilidades	125	242
Caixa	11	6
Depósitos bancários	114	236
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.029	12.949
Letras do Tesouro Nacional	10.029	12.949
Títulos e valores mobiliários	222	-
Letras Financeiras do Tesouro	222	-
Total caixa e equivalente de caixa	<u>10.376</u>	<u>13.191</u>

5. Aplicação interfinanceira de liquidez

	2015	2014
Aplicações no mercado aberto		
Letras do Tesouro Nacional - LTN (*)	10.029	12.949
Total	<u>10.029</u>	<u>12.949</u>

(*) Referem-se a operações overnight com o vencimento até 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos disponíveis para Venda", e estão a seguir demonstrados:

	2015	2015	2014	2014
	Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo	Valor de mercado
Curto prazo	<u>7.850</u>	<u>7.805</u>	<u>34.614</u>	<u>33.574</u>
Carteira própria - curto prazo	4.586	4.540	17.602	16.555
Letras Financeiras do Tesouro	1.828	1.828	14.204	14.208
Letras do Tesouro Nacional	-	-	12	12
Certificado de Depósito Bancário	-	-	130	130
Debêntures	168	163	445	445
Títulos da Dívida Agrária	-	-	27	27
Cotas de Fundos de Investimentos	47	47	12	12
Cotas de Fundos "Money Market"	-	-	193	193
Ações em Companhias Abertas	2.543	2.502	2.579	1.528

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Conglomerado Prudencial
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015	2015	2014	2014
	Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo	Valor de mercado
Vinculados a prestação de garantias	3.264	3.265	17.012	17.019
Letras Financeiras do Tesouro	2.873	2.874	17.012	17.019
Letras do Tesouro Nacional	391	391		
Longo Prazo	38.125	38.143	21.941	21.949
Carteira Própria	23.765	23.775	13.725	13.730
Letras Financeiras do Tesouro	23.071	23.082	13.334	13.339
Notas do Tesouro Nacional	694	693	208	208
Letras do Tesouro Nacional	-	-	50	50
Títulos da Dívida Agrária	-	-	133	133
Vinculados a prestação de garantias	14.360	14.368	8.216	8.219
Letras Financeiras do Tesouro	14.210	14.218	7.912	7.915
Notas do Tesouro Nacional	48	48	50	50
Letras do Tesouro Nacional	-	-	163	163
Certificado de Depósito Bancário	102	102	91	91
Total	45.975	45.948	56.555	55.523

Os valores de mercado das ações de companhias abertas e dos títulos públicos e privados foram apurados, respectivamente, com base no preço de fechamento na BM&FBOVESPA S.A. no último pregão antes do encerramento do semestre e no preço médio e nas taxas de juros divulgados pela ANBIMA no último pregão antes do encerramento do exercício.

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do semestre.

Os demais títulos foram apurados pelo preço médio de negociação, ou quando não disponível, a Administração da Corretora adota parâmetro para cálculo do valor de mercado, obtido mediante técnica interna de precificação.

As ações de companhias abertas estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC. Os títulos públicos estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, respectivamente.

b. Resumo das exposições com instrumentos financeiros derivativos

A Corretora poderá participar de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos são administrados através de sistemas de controles, estabelecimento de estratégia de operação, determinação de limites e monitoramento constante das posições assumidas.

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a Corretora possuía operações próprias de instrumentos financeiros derivativos em aberto, conforme descrito a seguir:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Compras de opções de compra	740	-	91	-
Compras de opções de venda	-	-	3	-
Vendas de opções de compra	-	-	-	19
Vendas de opções de vendas	-	2	-	14
Total - circulante	<u>740</u>	<u>2</u>	<u>94</u>	<u>33</u>

c. Margens de garantia

As margens de garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. montam a R\$ 17.633 (R\$ 25.238 em 2014).

7. Imobilizado e Intangível

	2015		2014	
	Custo	Deprec.	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	<u>4.310</u>	<u>(3.371)</u>	<u>939</u>	<u>1.406</u>
Instalações	733	(578)	155	219
Móveis e equipamentos de uso	1.147	(937)	210	281
Comunicação e processamento de dados, transporte e segurança	2.430	(1.856)	574	906
Intangível	<u>100</u>	<u>(95)</u>	<u>5</u>	<u>20</u>
Software	100	(95)	5	20

8. Composição de saldos relevantes

	2015	2014
Ativo circulante		
Outros créditos		
Negociação e intermediação de valores	<u>15.319</u>	<u>20.804</u>
Devedores/conta liquidações pendentes	10.290	19.204
Caixas de registro e liquidação	4.420	-
Operações com ativos financeiros e mercadorias	-	1.303
Outros créditos por neg. e intermediação de valores	609	297

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
 Conglomerado Prudencial
 Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015	2014
Diversos	2.739	4.608
Adiantamentos e antecipações	314	213
Impostos e contribuições a compensar (a)	575	2.725
Valores a receber de sociedades ligadas	79	2
Devedores diversos - país	1.771	1.668
Ativo não circulante		
Outros créditos		
Diversos	5.956	5.038
Devedores por depósitos em Garantia	5.954	5.036
Opções por incentivos fiscais - Finor 1998	2	2
Passivo circulante		
Outras obrigações		
Fiscais e previdenciárias	2.647	4.506
Impostos e contribuições sobre o lucro	101	657
Impostos e contribuições a recolher (b)	2.540	3.843
Impostos e contribuições diferidos	6	6
Negociação e intermediação de valores	53.775	65.578
Credores/conta liquidações pendentes	52.886	53.723
Caixa de registro de liquidação	329	10.723
Operações com ativos financeiros e mercadorias	197	769
Outras obrigações por neg. e intermediação de valores	363	363
Diversas	4.508	3.426
Despesas de pessoal	1.233	1.020
Provisão de outras despesas administrativas	1.116	1.085
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	43
Credores diversos - país	2.159	1.278
Passivo não circulante		
Diversos	3.084	2.255
Provisão para passivos contingentes	3.084	2.255

- (a) Em 2014 referia-se, principalmente, a pagamentos de montantes referentes a processos de IRPJ e CSLL na desmutualização de títulos da BM&F e Bovespa, os quais estavam sendo incluídos no contexto do REFIS. No entanto, considerando que tais processos possuíam depósitos judiciais realizados pela Corretora, conforme item (b) abaixo, a Administração da Corretora, em conjunto com seus assessores legais, entendem que tais montantes recolhidos em Darf's são considerados como impostos recolhidos a maior e podem ser compensados com outros tributos federais;
- (b) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a Corretora e a Distribuidora aderiram ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido nas Leis no 11.941/09, 14.129/06, Decreto no 50.512/09 e legislações posteriores, que requer o cumprimento de diversas etapas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil - RFB, que incluem, principalmente, a apresentação de informações, o pedido de extinção dos processos de débitos inscritos na Dívida Ativa da União e a homologação/consolidação da modalidade de parcelamento pela RFB. Em 30 de junho de 2015 a Corretora e a Distribuidora não haviam concluído todo o processo de adesão ao REFIS; porém, a Administração da Corretora e da Distribuidora, em conjunto com seus assessores legais, avaliou como provável o desfecho desse processo, tendo havido a movimentação apresentada nos saldos dos processos vinculados ao REFIS.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Conglomerado Prudencial
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social de R\$ 33.454, está representado por:

- Planner CV S.A. = R\$ 30.287, dividido por 7.000 ações nominativas;
- Planner Trustee DTVM Ltda = R\$ 1.567, dividido por 3.720.000 cotas;
- Planner SCM S.A. = R\$ 1.100, dividido por 1.100.000 ações ordinárias;
- Brazilian Royalties Securitizadora Creditos Financeiros = R\$ 500, dividido em 500.000 ações, e está classificado como capital a realizar.

b. Dividendos intermediários

No semestre encerrado em 30 de junho de 2015 não foram distribuídos lucros; e, no semestre encerrado em 30 de junho de 2014 foram distribuídos lucros intermediários no montante de R\$ 700.

c. Juros de capital próprio

No semestre encerrado em 30 de junho de 2015 não foram pagos juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95; e no semestre encerrado em 30 de junho de 2014 foram pagos o montante de R\$ 620 e foram classificados na demonstração de resultados e demonstrações das mutações do patrimônio líquido de conformidade com a circular nº 2.739/97 e com efeitos tributários de R\$ 106 de IRPJ e R\$ 66 de Contribuição Social.

10. Demonstração de resultados - saldos relevantes

a) Receitas de prestação de serviços

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendas de administração de fundos	6.879	6.285
Rendas de assessoria técnica	3.216	11.978
Rendas de comissão e colocação de títulos	978	1.314
Rendas de corretagem de câmbio	465	727
Rendas de corretagem de operações em bolsa	7.218	9.372
Rendas de outros serviços	604	758
Total	<u>19.360</u>	<u>30.434</u>

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Conglomerado Prudencial
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Outras despesas administrativas

	2015	2014
Despesas com água e energia	225	93
Despesas com aluguéis	1.613	1.554
Despesas com arrendamento de bens	8	25
Despesas com comunicações	447	685
Despesas de manutenção e conservação	295	434
Despesas com material	80	70
Despesas com processamento de dados	3.545	3.634
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	273	106
Despesas com propaganda e publicidade	110	125
Despesas com publicação	56	74
Despesa com serviços do sistema financeiro	476	569
Despesas com consultoria	5.028	8.097
Despesa com serviços técnicos especializados	3.283	5.275
Despesas de transporte	33	72
Despesas com viagens	164	257
Despesas de depreciação e amortização	228	264
Outras despesas administrativas	824	717
Outras despesas diversas	13	23
Total	<u>16.701</u>	<u>22.074</u>

c) Despesas tributárias

	2015	2014
Impostos sobre serviços - ISS	680	1.397
Contribuição ao COFINS	980	1.550
Contribuição ao PIS	159	252
IRPJ/CSLL - Incorporação das Bolsas (*)	12.529	-
Outras despesas tributárias	175	129
Total	<u>14.523</u>	<u>3.328</u>

(*) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15 que converteu a Medida Provisória nº 656/14 na qual foi introduzido uma relevante modificação que impacta na ação de impugnação da Corretora perante o ganho incorrido no evento de venda das ações provenientes do processo do processo da BMF S.A. e Bovespa Holding S.A. Dentro deste novo contexto, considerando os substanciais benefícios incluídos nesta nova Lei, a Administração da Corretora decidiu optar pelo cancelamento da referida ação de impugnação e reconhecer a obrigação tributária de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido relativamente ao obtido no evento em questão. Com isso, a Corretora obteve um desconto de R\$ 60.657 sobre o total atualizado dos tributos devidos e efetuou a liquidação financeira do saldo restante em 03 de fevereiro de 2015 no montante de R\$ 5.212 mil, que é composto conforme a seguir:

	<u>2015</u>
Saldo a pagar	65.869
Remissão/desconto	<u>(53.340)</u>
IRPJ/CSLL - Incorporação das bolsas	(12.529)
Crédito Tributário - ativo fiscal diferido	(7.317)
Total pago em 03 de fevereiro de 2015	<u>(5.212)</u>

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Conglomerado Prudencial
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Outras receitas operacionais

	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	150	414
Variações monetárias e cambiais ativas	102	169
Atualização de depósitos judiciais	195	167
Outras	82	65
Total	<u>529</u>	<u>815</u>

e) Outras despesas operacionais

	2015	2014
Variação cambial passiva	-	13
Erro operacional	46	75
Atualização de passivos contingentes	110	64
Acordo na câmara arbitral	1.060	-
Outras	19	318
Total	<u>1.235</u>	<u>470</u>

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Demonstrativo do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2015	2015	2014	2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração de IR/CS				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(14.962)	(14.962)	2.918	2.918
Ajuste de eliminações de resultado dos Fundos	9	9	-	-
(-) Participações no Lucro	(383)	(383)	-	-
(-) Juros sobre capital próprio	-	-	(620)	(620)
Base de cálculo	<u>(15.336)</u>	<u>(15.336)</u>	<u>2.298</u>	<u>2.298</u>
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	155	155	89	89
Despesas de marcação ao mercado	-	-	1.051	1.051
Atualização de passivos fiscais contingentes	110	110	-	-
Provisão de passivos contingentes trabalhistas	12	12	-	-
Provisão de passivos contingentes cíveis	12	12	-	-
Provisão para devedores duvidosos	59	59	165	165
IRPJ/CSLL - Incorporação das Bolsas (NE 10.c)	12.529	12.529	-	-
Provisões de participação nos lucros	149	149	-	-
Dividendos recebidos	(10)	(10)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(44)	(44)	(156)	(156)
Receitas de marcação ao mercado	(194)	(194)	(930)	(930)
Atualização de depósitos judiciais	(195)	(195)	(167)	(167)
(Reversão) provisão para devedores duvidosos	(4)	(4)	(14)	(14)
(Reversão) contingencia cível	-	-	(31)	(31)
Lucro real	<u>(2.757)</u>	<u>(2.757)</u>	<u>2.305</u>	<u>2.305</u>
(-) Compensação de prejuízo fiscal - 30%	(1)	(1)	(422)	(422)
Total após a compensação de prejuízos	<u>(2.758)</u>	<u>(2.758)</u>	<u>1.883</u>	<u>1.883</u>
Encargos: 15% IR/ CS + Adicional de 10% de IR (a)	(65)	(48)	(446)	(282)
(-) Incentivos Fiscais - PAT	1	-	8	-
Ativo Fiscal Diferido (b)	4.460	2.857	-	-
Total	<u>4.396</u>	<u>2.809</u>	<u>(438)</u>	<u>(282)</u>

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) No semestre encerrado em 30 de junho de 2015 os encargos de IRPJ e CSLL são atribuídos às empresas consolidadas Planner Trustee DTVM e Planner SCM, que fecharam o semestre com Lucro Fiscal de R\$ 317;
- (b) No semestre encerrado em 30 de junho de 2015 a Corretora utilizou prejuízos fiscais para liquidar as contingências com a Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 17.842; e, utilizou também base negativa de contribuição social no montante de R\$ 19.046, conforme abaixo demonstrado:

	2015	2015
	IRPJ	CSLL
Prejuízo Fiscal utilizado	17.842	19.046
Encargos de 25% IR	4.461	-
Encargos de 15% CS	-	2.857
Crédito Tributário - Ativo Fiscal Diferido	<u>4.461</u>	<u>2.857</u>

12. Contingências

Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável foram provisionados na rubrica Outras obrigações - Provisão para passivo contingente, no montante de R\$ 2.255.

Os passivos contingentes são processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2015, estes processos de natureza trabalhista e cível, totalizam R\$ 13.294 (R\$ 6.555 em 2014).

13. Partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas

A Corretora possui como parte relacionada os valores a receber, conforme descrito a seguir:

	2015	2014
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Planner Holding Financeira S.A.	79	2
Planner Holding Financeira S.A.	-	(43)

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal chave da Administração, para o semestre findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 1.060 (R\$ 930 em 2014), a qual é considerada benefício de curto prazo.

14. Responsabilidades

A Sociedade é responsável pela Administração de carteiras de particulares, de clubes e fundos de investimento, cujo valor de patrimônio líquido na data do balanço era de R\$ 9.623.575 (R\$ 7.926.105 em 2014).

15. Cobertura de seguros

A Corretora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16. Gerenciamento da estrutura de capital

Visando o atendimento à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Banco Central do Brasil, a Corretora, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure. Em junho de 2007, a Diretoria aprovou um conjunto de medidas que foram implementadas durante o segundo semestre de 2007, para garantir o completo alinhamento da Instituição ao disposto na Resolução.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 3.464/07 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

Risco de Liquidez

Visando o atendimento a Resolução nº 4090 de Maio de 2012 do Banco Central do Brasil, a Corretora adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos. Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização.

17. Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais.

O Índice calculado para o semestre encerrado em 30 de junho de 2015 é de 21,73% (36,08% em 2014). Valores calculados com base nas informações consolidadas do Conglomerado Financeiro (Corretora, Distribuidora e Sociedade de Microcrédito).

18. Eventos subsequentes

Com os efeitos da cisão da Planner Holding S.A., controladora da Planner Trustee Distribuidora Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A. e Planner Corretora de Valores S.A., foi criada a Planner Holding II S.A., que passa a ser a controladora da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., passando a Planner Holding S.A. a controlar apenas a Planner Corretora de Valores S.A., e a Planner Sociedade Crédito ao Microempreendedor S.A. Parte do quadro de colaboradores do então Conglomerado foram migrados para a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., processo este que está em fase de aprovação perante o Banco Central do Brasil.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1 SP 110330/O-6